

**As duas pátrias.  
Os vimaranenses e a Primeira  
Guerra Mundial**





## AS DUAS PÁTRIAS. OS VIMARANENSES E A PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL

O momento mais marcante da participação portuguesa na Primeira Guerra Mundial terá, certamente, acontecido entre os dias 9 e 10 de Abril de 1918, durante a célebre batalha da Le Lys, quando o Corpo Expedicionário Português (CEP) perdeu um terço dos seus homens no que Jaime Cortesão designaria como um novo Alcácer-quivir (Ramos, 2001: 458).

Apesar da derrota anunciada, nomeadamente pela falta de preparação dum “Portugal rural, massivamente analfabeto, rudimentarmente industrializado, sofrendo já de uma terrível situação social, económica e financeira” para participar na “mais vasta, sofisticada, mortífera e dispendiosa que a humanidade tinha até então conhecido” (Rosas, 2010: 247-248), a participação de Portugal na Primeira Guerra Mundial foi tida pelos dirigentes republicanos como determinante para a sobrevivência da jovem Primeira República Portuguesa. Irónica e tragicamente, a participação nesse conflito bélico seria provavelmente a principal causa da “morte da Primeira República” (Ibidem: 248).

O propósito deste breve texto é analisar, a partir da heterogénea imprensa local, a reacção dos vimaranenses ao desenrolar do primeiro conflito bélico de escala mundial. Para além da bibliografia de referência, este texto baseia-se sobretudo no trabalho arqueológico de pesquisa na imprensa vimaranense da época, procurando identificar e reflectir sobre o posicionamento e a opinião publicada dos principais núcleos de intervenção política e cívica na sociedade vimaranense durante a Primeira República perante três momentos que marcaram o debate acerca da intervenção portuguesa no conflito.

Nesta análise em concreto foram consultados os jornais que se mantiveram particularmente activos e que representavam os dois principais grupos de opinião no concelho: os monárquicos *O Comércio de Guimarães* (1914-18), *Echos de Guimarães* (1914-18) e *Gil Vicente* (1918); e os republicanos *Alvorada* (1914-16) e *O Republicano* (1916-17).

O título do texto e das três secções de análise em que o dividi são inspirados em títulos de notícias ou artigos de opinião que foram sendo publicados na imprensa vimaranense da época referente ao período em análise.

### 1. A EUROPA EM ARMAS

Nos dias seguintes ao assassinato, em Sarajevo, do arquiduque Francisco Fernando, a 28 de Junho de 1914, o “sistema europeu de alianças diplomáticas e os planos militares secretos de cada potência” precipitou a Europa para um conflito que rapidamente atingiu a escala mundial (Ramos, 2001: 431). O impacto destes acontecimentos em Portugal sentiram-se em poucos dias: “A moeda de prata desapareceu de circulação, os preços das mercearias subiram, (...) houve uma corrida aos bancos, para levantamentos de depósitos. Enquanto os cidadãos se acautelavam, os chefes políticos hesitavam sobre o que fazer.” (Ibidem: 431-432).

O eclodir do conflito veio agravar uma crise interna que paralisava a Primeira República: os Democráticos de Afonso Costa defendiam o “intervencionismo”, com o pretexto de “defender o património colonial português” e reforçar interna e externamente o “jovem” e “fragilizado” regime republicano (Meneses, 2010a: 268), enquanto os Evolucionistas de António José de Almeida hesitavam e os Unionistas de Brito Camacho optaram pela defesa da não-beligerância. O resto do país, nomeadamente as hostes monárquicas e católicas, “era indiferente ou hostil à participação de Portugal na guerra europeia”, sobretudo por recearem o poderio militar alemão e o descontentamento inglês, de quem Portugal dependia economicamente (Ibidem: 269).

Os meses de Agosto, Setembro e Outubro de 1914 foram particularmente agitados na imprensa vimaranense por causa dos acontecimentos que se sucederam ao assassinato do herdeiro do trono austro-húngaro.

Em relação ao poder local, Mariano Felgueiras (1884-1976) foi o principal dirigente político republicano entre Maio de 1912 e Dezembro de 1917, praticamente todo o tempo que duraria a Primeira Guerra Mundial. Na oposição, ainda que anulados politicamente, os monárquicos vimaranenses mantinham uma actividade cívica intensa, assinalando todo o tipo de efemérides monárquicas mais ou menos relevantes: aniversários natalícios do falecido D. Carlos e de D. Manuel II, do ex-ditador João Franco ou do militar Paiva Couceiro, as “incursões monárquicas” de Paiva Couceiro em 1911 e 1912, o regicídio, o 1.º de Dezembro, entre outros.

Uma das principais figuras das hostes monárquicas locais era Henrique Martins de Meneses (1868-1933), o 2.º Conde de Margaride, “chefe indiscutido dos monárquicos de Guimarães, - quer dizer que da cidade de Guimarães, onde os não-monárquicos foram e são ainda uma pequena minoria.” (Pimenta, 2007: 114). Os assuntos políticos eram tema regular da tertúlia da Casa Havenesa, ao Toural, “onde se reunia a escolhida sociedade vimaranense, o conde de Margaride, barão de Pombeiros, juiz Sequeira Braga, abade de Tagilde, Pe. Lima, Pe. Roriz, cónegos José Maria, Ribeiro e Miranda, António Carneiro, figura de general reformado, José da Paz, sei lá que figuras importantes e determinantes de Guimarães” (Flores, 1959: 59).

A primeira referência aos acontecimentos que estariam na origem da Primeira Guerra Mundial foi feita ao assassinato do arquiduque Francisco Fernando, numa discreta nota de segunda página na edição do *O Comércio de Guimarães* do dia 7 de Julho. Uma semana depois do assassinato, o jornal monárquico, muito naturalmente, condenava o “covardíssimo e infame atentado contra os Príncipes Herdeiros da Austria” e traçava uma comparação entre esse acontecimento e a “tragédia do Terreiro do Paço”, referindo-se ao Regicídio de 1908 que vitimou o monarca D. Carlos e o herdeiro D. Luís Filipe (*O Comércio de Guimarães*, 7-VII-1914: 2). No dia 31 de Julho, o republicano *Alvorada* fazia a primeira referência ao “conflito Austro-Sérvio” com uma nota poética onde o protagonista era o Padre Eterno de Guerra Junqueiro e se admitia que o conflito “promete conflagrar o mundo” e que seria vencido por quem tiver mais “Generais e bons canhões” (*Alvorada*, 31-VII-1914: 1). Uma semana passada, a 6 de Agosto, o *Alvorada* alertava que ainda a “guerra prende hoje a atenção de toda a gente” não seria “caso para não pensar em outra coisa”, referindo-se à complexa situação política interna da República Portuguesa (*Alvorada*, 6-VIII-1914: 1).

Exactamente um mês depois da primeira referência, *O Comércio de Guimarães* (7-VIII-1914: 2-3) publicava uma notícia sobre a “guerra entre a Austria e a Servia, que ha dias estalou, cujas consequencias funestíssimas podem provocar uma conflagração europeia”, para realçar o impacte económico que poderia provocar na frágil sociedade portuguesa. Mas a nota mais interessante dessa notícia eram as referências ao contexto vimaranense: “Tambem n’esta cidade se teem feito sentir os effeitos da guerra que dia a dia toma mais assustadoras proporções. Percorre-se a cidade não havendo quem troque moeda papel principalmente notas de 5\$000. As lojas de mercearia teem feito largo negocio, pois todas, na incerteza do dia de amanhã, procuram adquirir por junto os generos indispensaveis á sua alimentação. Os boatos cruzam-se, os jornaes são lidos com aridez e em todos os olhares se diviza um sinistro ponto de interrogação. Todos os jornaes, sem excepções de cores, descrevem os horrores da guerra com imparcialidade, e, abatendo bandeiras políticas, não abdicando dos seus princípios, saberão na hora decisiva, (oxalá ella não chegue) a cumprir o seu dever de cidadãos e portuguezes. Portugal, em face de tão grave conflicto precisa de calma e ponderação; precisa de espíritos cultos que nos guiem, e de estudar attentamente a terrivel catástrofe que vae ensanguentando a Europa e levando o lucto e a dor a tantos lares.”

Na edição de 18 de Agosto, o editorial d’ *O Comércio de Guimarães* intitulado “A Europa em Armas” alertava que, apesar de continuar a “saber-se pouco”, este conflito “continua a preocupar seriamente a população portugueza”. E face à excepcionalidade da ocasião, o jornal monárquico esclarecia que eram “os primeiros a querer que vão, que partam para a guerra esses milhares de portuguezes, se o reclama a honra, o prestígio, o interesse nacional”, ou se “os reclama a Inglaterra, nossa fiel e nobre alliada”; exceptuando estes dois pretextos, “não, nunca!” (*O Comércio de Guimarães*, 18-VIII-1914: 1). Esta era, em geral, e como referi antes, a posição dos monárquicos portugueses em relação à intervenção portuguesa no conflito.

Do lado dos republicanos, o *Alvorada* (6-VIII-1914: 1-2) desconfiava e denunciava o conveniente patriotismo monárquico manifestado nesta questão em particular: “Se é certo que ainda há quem grite ‘abaixo a guerra!’, isso é só enquanto não chega a ordem de avançar... para a guerra”; nessa mesma edição, o *Alvorada* alertava que “a guerra tem imprevistos que nos mandam guardar a nossa opinião”. À primeira vista, o jornal republicano dirigido por A. L. de Carvalho parecia adoptar uma posição de maior precaução, mais próxima dos Evolucionistas e Unionistas do que dos Afonsistas.

Consensual parecia ser o pretexto excepcional para uma eventual intervenção portuguesa: a aliança com Inglaterra. Se, logo a 15 de Agosto, o ex-monarca português D. Manuel II oferecia os seus préstimos sem reservas ao monarca inglês, “para tudo o que possa ser útil á tradicional aliança que data de seis séculos” (*O Comércio de Guimarães*, 1-IX-1914: 1), poucos dias depois o semanário republicano *Alvorada* (28-VIII-1914: 3) transcrevia as nove “cláusulas da aliança” entre Portugal e Inglaterra, sublinhando precisamente que a intervenção de uma das partes em qualquer conflito só deverá ser accionada “quando para isso for solicitada” e assim defendendo a posição do governo republicano português em relação ao conflito. Num tímido artigo publicado poucos meses depois, o *Alvorada* (13-VIII-1914: 3) continuava a defender a posição do governo republicano: “Há neutralidades que são perigosas como as há que são fecundas. (...) Também no nosso país uma ou outra opinião lamenta a atitude aberta e franca tomada pelo parlamento. Estes não teem razão, pois nem o nosso caso é o da Espanha, embora a letra dos tratados a tanto não obrigassem Portugal.”

Neste caso, o interesse local acompanhava naturalmente o interesse nacional e seguia de perto os desenvolvimentos que se iam sucedendo um pouco por toda a Europa e que ameaçavam influenciar o quotidiano de todos os portugueses. Se o “assumpto que absorve todas as atenções” surgia pela primeira vez na primeira página da edição de 11 de Agosto, no texto do cronista que assina com o pseudónimo Crispim, intitulada “Opiniões sobre a guerra” (*O Comércio de Guimarães*, 11-VIII-1914: 1), a edição de 21 de Agosto ocupava-se quase na sua totalidade sobre desenvolvimentos relacionados com a Guerra. Dias antes, o *Alvorada* (6-VIII-1914) transcrevia um texto de outro jornal onde se reconhecia que a “hora é de violento horror em toda a Europa” e que a “temida conflagração que para de há anos se preparavam as nações (...) ensanguentará horripilantemente as páginas da história contemporânea.” Os acontecimentos relacionados com a Guerra começavam a ser presença frequente neste semanário republicano já desde 6 de Agosto, nomeadamente a questão da intervenção portuguesa, e chegam à primeira página no dia 4 de Setembro, com um curioso e pouco consensual artigo de opinião assinado por Mário Cardozo onde o arqueólogo alertava para um anti-germanismo primário que parecia esquecer o contributo dos germânicos para “o progresso da humanidade” (*Alvorada*, 4-IX-1914: 1).

Noutro interessante artigo de opinião, Mário Cardozo partilhava algumas ilações pessoais acerca da influência da Primeira Guerra Mundial na situação política interna portuguesa: “Foi preciso que surgisse o conflito pavoroso dos povos para que os nossos pequeninos políticos vissem as exíguas e ridículas proporções do seu mesquinho conflito pessoal. (...) Até os monárquicos enragés, que, conscientemente ou não, tanto mal teem tentado fazer à nossa pátria, lançaram, num momento de lucidez, um gesto de solidariedade” (*Alvorada*, 11-IX-1914: 1).

No editorial de 11 de Agosto, o jornal monárquico acusava as autoridades republicanas lideradas por Bernardino Machado de usar o pretexto da “hora grave para a independência dos Povos europeus” para censurar a generalidade da imprensa monárquica ou crítica do regime republicano, assegurando que o interesse maior dos monárquicos era apenas a Pátria (*O Comércio de Guimarães*, 11-VIII-1914: 1). Em contrapartida, o *Alvorada* (11-IX-1914: 1) acusava mesmo os monárquicos portugueses de serem “germanófilos” e desejarem a vitória da Alemanha, mesmo que isso prejudicasse claramente Portugal.

Todo o tipo de notícias relacionadas com a Guerra passaram a ser motivo para que um grupo atacasse o outro: os monárquicos acusavam os republicanos de serem “hypocritas” por se indignarem pela destruição da catedral de Reims pelas tropas germânicas quando por cá “attos de verdadeiro, de repugnante vandalismo tem sido

praticadas desde o 5 d'outubro" e se "arrasam, não a tiro de canhão, e em tempo de guerra, mas com a picareta revolucionária, e em tempos de paz, Cruzeiros d'um inestimável valor histórico" (*O Comércio de Guimarães*, 29-IX-1914: 2).

Um pouco à semelhança do que sucedia no resto do país, na imprensa vimaranense começava também a surgir uma série de apelos à criação de um governo nacional, que incluísse as facções políticas mais representativas da sociedade portuguesa, como "o momento histórico que atravessa a velha nacionalidade de Afonso Henriques" o exigia, mas não um governo nacional que inclua apenas "cidadãos" que "tomando d'assalto os destinos da Pátria, não representa, por isso mesmo, a vontade nacional!" (*O Comércio de Guimarães*, 6-X-1914: 1-2).

Na edição de 6 de Novembro, o mesmo jornal noticiava que os seus responsáveis tinham sido "chamados à administração d'este concelho" para serem notificados de que "a ninguém é lícito, n'este momento, enfraquecer o sentimento publico para o desempenho das nossas imperiosas obrigações internacionais", referindo-se certamente aos artigos que questionavam a intervenção portuguesa e os interesses ocultos de dirigentes republicanos (*O Comércio de Guimarães*, 6-XI-1914: 2).

A par desta questão de eventual aproveitamento político e ideológico que os diversos partidos e grupos poderiam tentar em relação ao conflito com prejuízo para a política externa nacional, uma outra crucial merecia a atenção dos *opinion makers* vimaranenses: as esperadas consequências económicas e sociais próprias de um conflito com a escala que a Primeira Guerra Mundial rapidamente conquistara.

Diligente a defender a administração republicana, o *Alvorada* (6-VIII-1914: 2-3) dava destaque às primeiras medidas legislativas destinadas a impedir "o monopólio de géneros necessários ao sustento diário". No dia 8 de Setembro, *O Comércio de Guimarães* noticiava que a administração municipal estaria a proceder, a pedido do Ministério do Fomento, "a um inquérito acerca do número de gado suíno e seu peso existentes na área deste concelho e que se encontra nas condições de poder ser já abatido para consumo".

A partir de 25 de Agosto, as atenções de Portugal viravam-se para as colónias na África Austral: as tropas alemães fazem as primeiras incursões pelo Norte de Moçambique e, nas semanas seguintes, pelo Sul de Angola. A reacção portuguesa não tardou: a 11 de Setembro seguia a primeira expedição militar portuguesa para as colónias (Ramos, 2001: 432).

Os primeiros confrontos com as tropas alemães ocorreram no Sul de Angola: a 19 de Outubro, em Naulila, e no dia 30 seguinte, em Cuangar. As ordens portuguesas eram apenas para manter posição defensiva e rechaçar eventuais ataques (Afonso, 2010: 291). Em Moçambique, apesar de várias movimentações, os confrontos com tropas alemãs só ocorreriam na segunda metade de 1916 (Ibidem: 293).

Os acontecimentos militares em África vieram avivar uma questão polémica e sensível na relação entre republicanos e monárquicos: a situação dos militares monárquicos com vasta experiência no campo de batalha, particularmente nas campanhas do final do séc. XIX em Moçambique, que se encontravam no exílio desde a implantação da República. Agitando o seu alegadamente desinteressado patriotismo, muitos desses militares manifestaram a sua disponibilidade para reintegrar o exército português no combate aos inimigos externos, mas as autoridades republicanas desconfiavam das consequências dessa reintegração a média prazo.

A primeira notícia publicada em Guimarães referindo a sensível questão das colónias africanas sob administração portuguesa surgiu no republicano *Alvorada* (20-VIII-1914: 2), que noticiava que foram "indigitados os regimentos que hão de fornecer contingentes para as forças que teem de ir em breve guarnecer alguns pontos estratégicos das nossas possessões [sic] ultramarinas", em concreto os tenentes coronéis Alves Roçadas e Massano de Amorim, "ambos conhecedores das grandes províncias ultramarinas".

No monárquico *Comércio*, num texto de opinião intitulado "A Caminho d'África", para além de assinalar no próprio dia a partida dos navios que transportavam as forças militares portuguesas com o "fim de manter

a integridade do nosso domínio colonial”, lembrava precisamente a ausência dos “nomes gloriosos de Paiva Couceiro, Azevedo Coutinho, Galhardo, Ayres d’Ornellas, Mouzinho e outros valorosos militares que, no Continente Negro, tantas vezes afirmaram o seu heroísmo e com as laminas das suas espadas cingiram a fronte da nossa Nacionalidade altiva com uma corôa de triumpho immorredouro...” (*O Commércio de Guimarães*, 11-IX-1914: 2).

Entre os militares que seguiram para África, o nome do vimaranense Alberto de Meneses Margaride, capitão do esquadrão expedicionário do regimento de cavalaria n.º 9, mereceu destaque na imprensa local, enaltecendo-se as suas qualidades de “militar disciplinador”, “bom portuguez” e “fiel amigo” (*O Commércio de Guimarães*, 11-IX-1914: 2). No *Alvorada* (13-VIII-1914: 3), o tenente António de Quadros Flores fazia publicar uma nota datada de 10 de Agosto em que informava as “pessoas que o honram com a sua estima” que terá “de ausentar-se para a província de Angola”.

Outra nota de registo sobre a força expedicionária na imprensa foi a recorrente crítica à falta de capelães entre os militares que integraram a “expedição para o Sul da África”, visto como uma decisão provocatoriamente ideológica do governo republicano (*O Commércio de Guimarães*, 15-IX-1914: 2). Mas, apesar de pontuais acusações de cariz político, era consensual entre os monárquicos e as diversas facções de republicanos a necessidade de defesa dos territórios coloniais e “ninguém pôs em causa a mobilização de contingentes para a defesa das colónias” (Afonso, 2010: 290).

## 2. ENTÃO, VAE-SE OU NÃO PARA A GUERRA?

Na sua edição do dia 11 de Setembro de 1914, a propósito do embarque das primeiras tropas portuguesas para África, o semanário republicano *Alvorada* assegurava que, apesar da contra-informação que indicava o contrário, os dirigentes republicanos não estariam a mobilizar já as forças militares portuguesas para a Guerra, mas a proceder “somente ao estudo de preparação de mobilização, visto que, ao presente, ‘mais vale prevenir que remediar.’” (*Alvorada*, 11-IX-1914: 1).

Algumas semanas depois, o *Commércio* especulava sobre o envio de 15 mil portugueses que estariam prestes a ser mobilizados para a Guerra, acusando João Chagas de ser o principal interessado na participação portuguesa contra os interesses nacionais (*O Commércio de Guimarães*, 2-X-1914: 2).

Apesar do fervor patriótico motivado pela defesa dos territórios coloniais em Angola e Moçambique, a queda do governo de Bernardino Machado e a ascensão do governo de Pimenta de Castro, entre Dezembro de 1914 e Janeiro de 1915, alterou as peças do tabuleiro político, fazendo valer novamente a posição pela neutralidade, salvaguardando apenas intervenções pontuais em África para defender as posições portuguesas.

O tema da mobilização das tropas militares portuguesas, e de uma eventual participação portuguesa na frente do conflito em França, foi um dos mais recorrentes na imprensa vimaranense ao longo do primeiro ano e meio que durou a Guerra.

No dia 5 de Outubro de 1915, num texto de opinião publicado n’ *O Commércio de Guimarães*, perguntava-se: “Então, vae-se ou não para a guerra?” Conscientes de que a situação de impasse fragilizava ainda mais o já fragilizado governo republicano, os monárquicos vimaranenses juntavam-se ao coro de crítica que tentava tirar algum proveito político da situação: “Afim houve o 14 de Maio para se definir a nossa situação perante o conflicto europeu, e nós... estamos na mesma. Houve sangue e centenas de vidas imoladas, e emfim quem lucrou com isso? A nação? Resolveram-se as questões pendentes? Vamos a vêr com a eleição do novo presidente, se se sabe, emfim, qual a nossa situação perante o conflicto europeu. Mas... quer-nos parecer, que fica tudo como dantes... Somos beligerantes e... somos neutraes. Somos tudo o que suas excellencias quiserem.”



Ainda que tivessem consciência da delicada e complexa situação de Portugal no contexto internacional, os monárquicos tentavam explorar uma situação dramática e, simultaneamente, ridícula: formalmente sem tomar qualquer decisão por pressão dos ingleses, Portugal continuava a somar confrontos com as tropas alemãs em Angola e Moçambique. Ainda que a situação fosse expectável e mesmo inevitável, Portugal não estava militarmente preparado para enfrentar a poderosa Alemanha, mas decidiu enviar “expedições de razoável volume” para “estabelecer um equilíbrio de forças em relação às tropas alemãs presentes em cada lado de África” (Afonso, 1989: 610). No total, ao longo dos anos do conflito, Portugal enviou cerca de 30 mil homens para Angola e Moçambique, a que se juntariam mais cerca de 25 mil soldados africanos recrutados localmente (Ibidem: 612).

Os anos de 1914 e de 1915 foram particularmente agitados para os expedicionários portugueses em África, e motivo de interesse por parte da imprensa vimaranense. Para além do interesse nacional óbvio, os vimaranenses acompanharam atentamente os acontecimentos em África por causa do envolvimento directo dos militares do Regimento de Infantaria 20.

A partida para Lisboa, a 18 de Janeiro de 1915, de mais “duas companhias d’ Infantaria 20”, com uma “força aproximada de 500 homens” foi um momento de particular exaltação patriótica em Guimarães - “Soldados do glorioso Exército das épicas campanhas de Marracuene, Dembos, Magul e Cuamatatas, saberão, como sempre, honrar a farda do Exército Português.” (*O Comércio de Guimarães*, 15-I-1915: 1) – com que se pretendia compensar as notícias menos felizes que chegavam dos confrontos com as tropas coloniais alemãs: “Já estão em Angola alguns milhares de soldados portugueses; já foram imolados em holocausto da Patria muitos d’esses heroicos compatriotas; (...) A noticia do massacre dos nossos valentes soldados em Africa, é para nós muito mais dolorosa do que todas as horríveis matanças da guerra europeia” (*O Comércio de Guimarães*, 12-I-1915: 1).

No dia 24 seguiriam para “as inhospitas regiões d’além-mar, ora invadidas pelo inimigo”, “crentes de que saberão, distanciados da Patria, honral-a e defendel-a, com tam nobremente o fizeram os antigos heroes d’ Africa (...). Viva a Patria! Viva o regimento d’infantaria 20! Vivam os expedicionários! Viva o Exercito!” (*O Comércio de Guimarães*, 22-I-1915: 1). Entre os vimaranenses que partiram, o Capitão Alberto Margaride, integrado na Cavalaria 9, mandava de Angola um telegrama datado do dia 23 de Fevereiro, rapidamente divulgado na imprensa local: “Estamos todos de perfeita saúde. Cumprimentamos nossas famílias e amigos” (*O Comércio de Guimarães*, 26-II-1915: 2). Quase seis meses depois, o mesmo jornal (*O Comércio de Guimarães*, 10-VIII-1915: 2) noticia o seu regresso de Angola a Portugal.

Através do *Echos do Minho*, chegavam a Guimarães mais noticias enviadas por outros militares a título pessoal: “Refere muita miséria, como outras cartas vindas d’alli e publicadas, quasi todos os dias, pela imprensa periódica. (...) Ainda assim, o regimento mais disciplinado que cá apareceu, foi o 20 de Guimarães, de resto, não se aproveita nada!...” (...) É uma notícia que nos consola, que honra a cidade de Guimarães – que enche de orgulho a distinctissima oficialidade do nobre regimento d’infantaria 20 (...)” (*O Comércio de Guimarães*, 6-IV-1915: 2).

Em suma, a intervenção nas colónias fez aumentar a preocupação de todos acerca de uma eventual participação na frente europeia, antecipando cenários pouco desejados: “a acção dos contingentes militares portugueses caracterizou-se por inúmeras incapacidades, improvisações e fragilidades, com divisão de responsabilidades entre as autoridades políticas e administrativas e os comando militares” (Afonso, 2010: 295).

Mas, com o regresso do Partido Democrático de Afonso Costa ao poder, em Novembro de 1915, seria uma questão de tempo para que Portugal se decidisse finalmente pela beligerância. Como sublinha Aniceto Afonso (2010: 301-302), “1916 foi um ano de importantes decisões políticas de grande impacto na vida de muitos portugueses”. A radicalização política do regime promovida pelos Afonsistas só teve de esperar pela “bênção” britânica, que chegaria em Fevereiro de 1916. No dia 9 de Março seguinte, Portugal declararia guerra à Alemanha.

Entre o início da guerra e a declaração de guerra passariam praticamente dois anos, como sublinha o historiador Aniceto Afonso (1989: 608), “de profundas disputas internas e extensos conflitos que envolveram as forças políticas, os poderes públicos, a sociedade inteira. Polémica que, aliás, ultrapassará a própria declaração de guerra, mantendo-se até à assinatura do armistício, e mesmo para além dele.”

A notícia foi recebida com apreensão pelo monárquicos vimaranenses, que consideravam ser uma “hora incerta” para o país: “Portugal está em guerra! (...) Ante o perigo que ameaça a pátria portuguesa, que tanto pode levá-la á glória, como ao esphalecimento – todos somos portugueses.” (*O Comércio de Guimarães*, 14-III-1916: 1). Quanto ao *Alvorada*, jornal republicano democrático, procurava justificar a decisão do governo português como uma resposta ao “cartel de desafio” que a Alemanha dirigiu a Portugal: “A uma nação pequena e pobre, como a nossa, só a neutralidade convinha. Não é, porém, neutro quem quer, mas apenas quem pode. Portugal manteve essa desejada neutralidade até ao momento em que foi chamado a cumprir os seus deveres de nação aliada da Inglaterra. Compreende-se, deste modo, que não há da nossa parte insensatez, fanfarronada. Há apenas dignidade, brio, respeito pelos tratados.” (*Alvorada*, 14-III-1916: 1).

O monárquico *Echos de Guimarães*, que já havia considerado o episódio dos navios alemães aprisionados no Tejo como um “attentado” e um acto de “pirataria” “há muito premeditado, para honra e gloria das gentes democráticas” [Afonistas] (*Echos de Guimarães*, 27-II-1916: 1), acusou Afonso Costa de, com uma “teima imbecil”, fazer mergulhar o país na mais “dolorosa magua” que tanto “sangue precioso vae custar”, que “empurra para os campos da matança o melhor e o mais puro sangue portuguez, jovens no vigor da vida, a quem as mães não torceram o pescoço à nascença, o que lhes teria sido bem menos cruel, do que acalantar durante annos a ideia de que tinham direito à vida, gosar a alegria de viver, para tudo sacrificarem, num momento de embriaguez perigosa, á vaidade e á cubiça de um ruim villão” (*Echos de Guimarães*, 12-III-1916: 2).

Mais discreto e moderado, *O Republicano*, órgão do Centro Democrático Vimaranesense, pretendia defender a decisão política da beligerância de outra forma, nomeadamente publicando notícias de forma particularmente emotiva que visavam persuadir os leitores de forma indirecta a antagonizarem a posição alemã. Um exemplo é um artigo de opinião publicado na primeira página da primeira edição do jornal (*O Republicano*, 26-III-1916: 1), onde se acusavam as tropas alemãs de condenáveis “atrocidades”, nomeadamente a mulheres francesa e belgas que eram “violadas pela soldadesca inimiga”. Outro exemplo eram as notícias referentes aos confrontos entre tropas portuguesas e alemãs nas colónias africanas: “(...) as tropas portuguesas ocuparam Keonga, lavando assim a afronta que em 1894 a Alemanha havia feito a Portugal. (...) Sois vós [soldados portugueses] a nossa esperança, sois vós o nosso orgulho; nos vossos peitos valorosos jamais deixou de pulsar um coração heróico para irdes a irmos até onde for preciso, para retomar á Alemanha o que ela nos roubou.” (*O Republicano*, 15-IV-1916: 2).

Reconhecendo a importância de convencer a opinião pública, uma das primeiras medidas políticas que resultaram da declaração de guerra a Portugal foi a imposição de um regime de censura prévia às mensagens de telégrafo e à imprensa que “abrangerá somente o que diz respeito a boatos ou informações que alarmem o espírito público que causem prejuízos ao Estado no que respeita á sua segurança interna ou externa, ou notícias que revelem os trabalhos de defeza e preparação militar”. (*O Comércio de Guimarães*, 31-III-1916: 2).

Por esses dias, a imprensa local começou a publicar ecos de várias convocatórias relacionadas com “mancebos refractários” e “militares no activo e reservistas ausentes no estrangeiro com licença” para que se apresentassem às autoridades para que regularizassem a situação (*O Comércio de Guimarães*, 28-III-1916: 2). Também eram recorrentes notícias relacionadas com a “carestia da vida”, “principalmente pela falta de pão”, que poderia ser agravada numa situação política e bélica como a que se avizinhava: “Cautela pois; a fome è negra e má conselheira...” (*O Comércio de Guimarães*, 31-III-1916: 2).

Mas, ao contrário do expectável, entre a declaração de guerra à Alemanha e o envio de tropas para a frente francesa passaria quase um ano. A insistência do governo português em participar activamente na frente de combate em França, o que desagradava ao Exército, e as reticências britânicas atrasaram a partida do CEP. A preparação do Exército começou logo em Março de 1916, mas só em Julho seguinte é que os aliados dariam “luz verde” para a partida do CEP, medida justificada pelas derrotas dos aliados nas batalhas de Verdun e do Somme. Vencidos todos os obstáculos políticos, os dois contingentes do CEP seguiram viagem a 30 de Janeiro de 1917 e a 27 de Fevereiro seguinte (Meneses, 2010b: 282).

Como a censura instituída à imprensa não permitia divulgar muita informação sobre os preparativos militares, a partida dos primeiros militares foi algo discreta.

Mais uma vez, o discreto *O Republicano* não fez grande alarido da partida dos militares vimaranenses, mas não deixa de ser curiosa uma nota informativa publicada poucos dias após a largada do Tejo: “Pela Secretaria de Guerra foi determinado que tem de ser nestes termos a drierccção da correspondência a enviar para França: Corpo Expedicionário Português (nome, posto e unidade ou formação do destinatário)” (*O Republicano*, 3-III-1917: 3).

Poucos dias após a partida do primeiro contingente, *O Comércio de Guimarães* (6-II-1917: 3) noticia de forma breve e discreta: “Já estão em França, aonde vão combater, alguns milhares de filhos portugueses. Consumando o facto – resta, tam somente, pedir a Deus protecção para eles. Deus os acompanhe! Deus os traga cobertos de gloria!”. Poucos dias depois, com a presença de “todas as collectividades vimaranenses, assim como a Camara Municipal e a auctoridade millitar”, celebrou-se na igreja de São Francisco uma concorridíssima missa “pela victoria das tropas portuguezas no campo de batalha” (*O Comércio de Guimarães*, 13-II-1917: 3).

O momento era de tal consternação nacional que até as festividades carnavalescas que se avizinhavam foram proibidas pelo governo da República, uma medida aplaudida por todos os quadrantes: “Estamos em guerra. Milhares de filhos do Povo partiram, há dias, para os campos de batalha. E não é justo nem patriótico, que, enquanto milhares de portuguezes se batem nas trincheiras, - e luctam, e morrem, - cá dentro, os que cá ficam, exhibam publicamente um entusiasmo e uma folia que desmentem os perigos que atravessa a nossa Patria e a dor e a angustia que se veem nos lares de tantas famílias portuguezas” (*O Comércio de Guimarães*, 9-II-1917: 2).

A partir de Abril, no entanto, o volume de notícias e artigos de opinião sobre a Guerra aumentou na imprensa vimaranense. Os monárquicos reacenderam o coro de críticas. Um dos textos mais violentos, assinado por Rocha Martins e republicado pelos dois jornais monárquicos vimaranenses de então, acusava Afonso Costa – que apelidava de “Príncipe Sebastião”, em alusão ao rei que séculos antes conduziu Portugal à derrota em Alcácer-quibir – de privilegiar o seu próprio filho que tinha sido mobilizado para a frente europeia da Guerra: “O príncipe que o arbitro d’este paíz acororado vae visitar com a família atraz, como se elle estivesse n’um collegio e não na guerra, não foi como os rebentas do povo e da nobreza, das altas classes e da miseria, bater-se. Foi para um quartel general onde o papá o vae beijar exhibindo-se e exhibindo-o.” (*Echos de Guimarães*, 15-IV-1917: 1).

Para além das notícias sobre o “Front” da Guerra, as notícias sobre as dificuldades dos que ficavam também surgiam na imprensa vimaranense: “Sentimo-la na escassez do pão, na carestia da carne, do peixe, do arroz, de tudo quanto se consome, e o paiz parcamente produz; sentimo-la na falta do carvão e na derrota das nossas mattas e pinhaes. Sentimo-la no abandono dos campos pelos homens validos que os cultivam. Sentimo-la na paralisação do comércio e da industria.” (*Echos de Guimarães*, 13-V-1917: 1).

Naturalmente, tal como tinha sucedido aquando do envio das primeiras tropas para as colónias africanas, a população vimaranense seguia com particular interesse todas as notícias relacionadas com o Regimento de Infantaria 20. Antes da partida, “um grupo de senhoras da nossa primeira sociedade” organizara manifestações “de Fé religiosa em favor dos soldados” (*O Comércio de Guimarães*, 8-V-1917: 2); “No dia 17, na mesma igreja, pelas 9 horas da manhã, será rezada uma missa havendo communhão offerecida pela paz. É de esperar que todos

estes exercícios sejam muito concorridos e especialmente a procissão da Milagrosa Imagem que percorrerá as ruas de Guimarães. Todos os vimaranenses teem o coração alanceado pois todos veem partir parentes, amigos, conhecidos, emfim portuguezes que vão cumprir o seu dever. Vamos todos pois aos pés do guerreiro Santo, e peçamos-lhe faça de cada portuguez um guerreiro e um heroe!” (*O Commércio de Guimarães*, 11-V-1917: 2).

No momento da partida, “a caminho da morte e da gloria”, “estrada fora, a caminho de terras de França”, os vimaranenses sentiam um misto de sentimentos: “Commanda-os um bravo, um homem honrado e ilustre o major José Antonio d’Araujo Junior. Acompanham-no, partilhando com elle as responsabilidades do mando, os riscos e as glorias, briosos officiaes que, com os olhos na Patria, a Ella sacrificarão a sua vida e a felicidade dos seus, certos que Ella os contempla desvanecida e amorosamente. (...) Elles irão, na dura escola da guerra, retemperar a alma da nação que durante longos annos de paz se amolentara.” (*O Commércio de Guimarães*, 10-VI-1917: 2); “Não podia a nossa mada e catholicissima Guimarães ficar indifferente à partida do 2.º batalhão d’infantaria 20, que seguiu, hoje, para França. (...) Commandava-o o major snr. José Antonio d’Araujo Junior. Á sua partida assistiu o snr. General Commandante da Divisão. Ouvimmos dizer que Sua Exa ficara impressionado pela ordem e pela disciplina que observou. A partida d’estes 1200 hommens, na sua quasi totalidade tirados á lavoura, ao commercio e à industria, como era de esperar, encheu de emoção a cidade de Affonso Henriques. Durante horas e horas Guimarães parecia mergulhada nas trevas d’um grande lucto, d’uma grande dor. Para cima de vinte mil pessoas assistiram à partida de mais de 1200 portuguezes. Mulheres com filhinhos ao collo, paes, irmãos, parentes, amigos choravam copiosamente a partida de tantos braços, de tantas vidas, de tantos seres amados e queridos...” (*O Commércio de Guimarães*, 22-V-1917: 2).

Nas primeiras décadas do séc. XX, o Regimento de Infantaria 20 era muito importante na rotina quotidiana da cidade, marcando mesmo a jornada laboral cidadina com os toques de alvorada e de recolher (Flores, 1959: 14-16). O momento de maior destaque era o concerto dominical, e aos feriados, abrilhantadas pela Banda do 20 no Jardim Público do Tournal que, não sendo “uma Orquestra Filarmónica de grande categoria”, “distinguiase pela honestidade com que os regentes desempenhavam o cargo, proporcionando ao Público Vimaranense concertos de música escolhida, dos melhores compositores, desde os clássicos aos contemporâneos” (Ibidem: 53). As actuações da Banda musical do Regimento 20 eram muito concorridas: “Quer de Verão, quer de Inverno o Jardim estava sempre cheio à hora em que a Bando do 20 realizava o seu concerto.” A sociedade vimaranense juntava-se no Jardim, “a que se podia agregar a que nas janelas das casas do Largo assistia ao concerto, afinal pouca distinção de classes vincava no meio vimaranense” (Ibidem: 62-64). Para além do concerto semanal, a Banda do 20 participava anda em inúmeras celebrações religiosas e cívicas durante o ano: as procissões do Corpo de Deus e dos Passos no Campo de Feira, romarias de São Torcato e São Tiago da Costa, o Entrudo, a queima do Judas, entre outros. Como conclui Quadros Flores (Ibidem: 65), a influência da Banda do 20 foi fundamental na “educação cívica, artística e social” da sociedade vimaranense da época.

Perante o endurecimento das críticas, e temendo repercussões mais graves na opinião pública, as autoridades republicanas reforçaram, a partir de meados de Junho, as medidas censórias para controlar a “divulgação de qualquer boato ou informação que possam alarmar o espirito publico ou causar prejuízo ao Estado, tanto no que respeita á sua segurança interna e externa como aos seus interesses em relação ás nações estrangeiras, ou ainda aos trabalhos em preparação ou execução de defeza militar” (*Echos de Guimarães*, 24-VI-1917: 2). As consequências não se fizeram esperar e, nos números seguintes, passaram a ser graficamente notórios os cortes de censura impostos a diversos textos que abordavam a participação portuguesa na guerra, como por exemplo o texto de opinião “Soldados portuguezes” (*O Commércio de Guimarães*, 26-VI-1917: 1).

Mas havia notícias que contornavam a censura, quer fosse por motivos mais caricatos, como um suposto avistamento de um submarino alemão ao largo da Póvoa de Varzim (*O Commércio de Guimarães*, 29-VII-1917: 2), ou mais dramáticos, como a morte em França do vimaranense Capitão José de Faria (*Echos de Guimarães*, 5-VIII-1917: 1).

Figura destacada da sociedade vimaranense, a notícia da morte do Capitão Faria, de apenas 31 anos e que já tinha participado em duas campanhas africanas, foi recebida com particular consternação: “No sabbado circulou pela cidade a impressionante noticia de que havia tombado, para sempre, nos campos de batalha na França, o nosso sympathico e estimadíssimo conterrâneo e muito querido amigo, Capitão José Vieira de Faria. (...) Infelizmente, hontem, foi-nos confirmada a morte do brioso militar e, por toda a cidade se dizia com profunda magua – morreu o Capitão Faria!” (*O Comércio de Guimarães*, 31-VII-1917: 2).

### 3. O SANGUE DA REDEMPÇÃO

O triunfo de Sidónio Pais, em Dezembro de 1917, ter-se-á ficado a dever, em grande parte, ao descontentamento popular potenciado pela presença de soldados portugueses na frente de Guerra em França e pelo aparentemente interminável desenlace do conflito: “Numa conjectura de crise económica, social e política, Sidónio Pais foi o rosto visível de um golpe para o qual confluíram diferentes sensibilidades. (...) Como não estava comprometido com a política da guerra na frente interna, era quase impoluto. (...) O golpe de Dezembro de 1917 capitalizou os descontentamentos de uma sociedade cansada da crise económica e social decorrente da Primeira Guerra Mundial – para alguns autores, acontecimento fundamental para se entender a própria queda da Primeira República – e eivada de clivagens entre o intervencionismo e a antiguerrismo.” (Samara, 2010: 371-372)

Mas se, para as tropas portuguesas, apesar de tudo, o ano de 1917 tinha sido, relativamente “calmo”, o ano de 1918 seria consideravelmente mais “atrilhado”, sobretudo pelo “desgaste físico e psicológico sentido nas trincheiras” (Marques, 2010: 305) e, sobretudo, pelos acontecimentos militares que afectavam as tropas portuguesas que participavam na Primeira Guerra Mundial.

No dia 14 de Abril de 1918, o *Echos de Guimarães* actualizava, de uma forma cínica e sarcástica (“São algumas centenas de boccas a menos a comer, o que vem facilitar singularmente a resolução da crise da fome”), a relação dos soldados portugueses mortos no conflito em Angola e Moçambique: 28 oficiais e 1.301 praças. Na edição seguinte, agora na primeira página, as notícias e artigos de opinião mantinham-se discretos mas esclarecedores para os mais atentos: “Lá ao longe, na terra de França, onde extranhas gentes se exterminam numa lueta feroz de cannibae, um punhado de portugeuzes, a quem a sua triste sorte arrancou ao labor dos seus campos ou das suas oficinas, ao remanso da sua vida socegada e tranquila, para os arrojarem ao meio da contenda que ensanguenta a Europa e assombra o mundo, pagou a Moloch o seu horrendo tributo! A formidável divindade, cujas fúrias pavorosas só se aplacam com sangue, cevou se d’esta vez nos bravos soldados de Portugal.” (*Echos de Guimarães*, 24-IV-1918: 1). A mesma edição noticiava que a missa mandada celebrar pela redacção do jornal, “pelos soldados mortos em França”, foi “imensamente concorrida”, tendo ocorrido “tudo quanto há em Guimarães, desde o elemento militar e civil mais graduado, até ao mais humilde operário”, que “quizeram tributar a homenagem da sua saudade á alma gloriosa d’esses bravos que perderam a vida na missão árdua de defender a sua pátria.” (*Echos de Guimarães*, 24-IV-1918: 2).

Mais entretido com o embate político com os republicanos, e com as eleições que se avizinhavam, o tradicionalmente mais aguerrido e monárquico *O Comércio de Guimarães* só noticiaria os confrontos das tropas portuguesas em França na edição de 20 de Abril, transcrevendo uma crónica publicada originalmente no jornal *A Monarchia*. Invariavelmente, a oportunidade foi aproveitada para criticar as opções políticas republicanas pela beligerância: “Coube vez às nossas tropas do CEP de serem duramente apalpadadas pelos alemães, que, pelas ultimas noticias estão já de posse de Livantie, Saint-Vaste e quasi conquistaram Messines, que já fica no sector inglez. (...) Sempre tivemos a opinião que hoje temos sobre o comportamento da nossa gente em França. E porque não haviam esses officiaes e esses soldados de se portarem bem? A relutância em ir para a guerra e que era geral em todo o Exercito e em todo o paiz, jamais significou covardia ou falta de brio. O que ninguém queria era ir para a guerra sem saber porque ia. (...) Mas não pensavam assim os que então tinham em suas mãos os destinos



de Portugal... Mandar soldados e mais soldados, muitos soldados, muitos officaes, muita gente para que os Aliados vissem que os empreiteiros tinham força, muita força, tinham zelo, muito zelo, todos eles pelos aliados, pela justiça e pelo direito... Resultado: um despejar continuo de soldadesca bisonha, com falta de preparação militar, sem uniformes quasi, sem equipamentos, completamente desprovidos de tudo! (...) Um verdadeiro mata-contínuo, em suma um puro bluff! (...) Mas o Patrão Norton [de Matos] insistia e portanto como recusar? Mais gente, mais gente e mais gente: tísicos, síflíticos, arvezados, anómicos, tudo servia, tudo marchava! Uma vergonha, um horror e um crime!” (*O Comércio de Guimarães*, 20-IV-1918: 1).

Uma semana mais tarde, um artigo assinado por João Camilo Felix Correia, assumia um tom ainda mais exaltado e dramático: “Verte-se agora na Flandres o sangue redentor de Portuga! (...) Estão de lucto os peitos dos Portuguezes! Está de lucto a Alma da Patria que sente na Morte dos seus Filhos o descarnar das suas entranhas! Mas é o sacrificio o acto mais solemne da nossa Vida! E quando d’esse sacrificio depende a honra e a vida d’uma Patria, todo o sangue è pouco, para que o digamos mal empregado, toda a Desgraça se alivia com os olhos fictos na Bandeira da Patria! (...) Estamos em guerra—levados por um boa ou má orientação politica! Mas é preciso que de tanto sacrificio algum proveito saia, que não apenas a gloria de nos termos batido por palavras bonitas...” (*O Comércio de Guimarães*, 27-IV-1918: 2).

Na falta de informação oficial, certamente filtrada pela censura, o *Echos de Guimarães* ia publicando transcrições da imprensa estrangeira que faziam referências aos soldados portugueses: “As massas de infantaria allemãs avançaram incessantemente sobre o Lys, atacando de um só golpe a frente de defeza, profundamente escalonada e ferreamente organizada, de 8 kilómetros de profundidade. Os portugueses tiveram que supportar as perdas principaes nos ataques dos dias 9 e 10, por causa do completo fracasso do alto commando inglez, surpreendido. A consequência d’este novo golpe será que os francezes tenham outra vez de encarregar-se de mais postos da frente inglesa para aliviar os britannicos o que distrae as reservas cada vez mais da sua missão (Do Herald de Madrid); “A artilharia portugueza portou-se valentemente. Algumas peças, porém, tiveram que ser abandonadas por causa da intensidade do fogo do flanco. (...) Um destacamento de infantaria portugueza manteve-se no seu posto enquanto teve munições. O comandante recusou retirar-se e os portugueses resistiram até ao momento em que a infantaria allemã carregou á bayoneta. Infelizmente, poucos d’estes homens sobreviveram ao seu heroismo—H.” (*Echos de Guimarães*, 28-IV-1918: 2).

No dia 2 de Junho, quase dois meses depois dos confrontos nas margens do rio Lys, surgia um relato detalhado sobre os acontecimentos dramáticos que vitimaram centenas de soldados portugueses. No texto escrito por Carlos Malheiro Dias e transcrito d’*O Dia*, o tom é de exaltação e júbilo pela “tradicional bravura da raça” dos “martyres da honra que verteram o seu sangue para que cada portuguez, em qualquer parte do mundo em que se encontre, possa erguer a cabeça: ao nível dos grandes povos” (*Echos de Guimarães*, 2-VI-1918: 2).

A par dos ecos dos confrontos, outras notícias indirectamente relacionadas com a Guerra continuavam a ocupar a preocupação dos vimaranenses: “O problema das subsistências tem sido e continuará a ser ainda por muito tempo o mais sério obstaculo que virá a travar a marcha de qualquer corporação administrativa que queria cumprir honestamente o seu dever. (...) O governo democrático, cedendo os navios que tomou á Allemanha, deixou-nos sem transporte para podermos fazer as importações indispensáveis á laboração das industrias e alimentação publica. Muitos materiais que nos são indispensáveis e que temos nas colonias em abundancia, não podem vir porque não temos transportes.” (*Echos de Guimarães*, 5-V-1918: 1).

Em finais de Julho, o *Echos de Guimarães* (21-VII-1918: 1) sublinhava o apelo do Chefe de Estado ao *Roulement*, “de forma a que todos os portuguezes cumpram com mais equidade o seu dever e possam ser rendidos”, de forma a contrariar o “egoísmo de rectaguarda” que se revela “injusto... e perigoso”. Como sublinha Isabel Pestana Marques (2010: 305), o sistema de rotatividade na “Primeira Linha e o sistema de licenças para descanso na retaguarda falharam totalmente, visto não existir efectivos suficientes no sector português para substituir os

combatentes cansados”. A falta de transportes, ocupados também com o trânsito de soldados para África, e a falta de organização para garantir o descanso e a rotatividade aos soldados, aliados à “desilusão”, “irão provocar grandes descontentamentos, raiva e inveja perante os ‘cachapins’ ou ‘básicos’, alcunhas dadas aos militares refugiados na retaguarda. Outros problemas surgirão no quotidiano de trincheiras, (...) fragmentando o ‘espírito do corpo’ essencial ao sucesso de uma campanha.” (Ibidem: 305-306). Problemas relacionados com a deficiente alimentação, a falta de fardamento adequado aos rigores climáticos, a sobrelotação dos acantonamentos, a falta de higiene individual e colectiva e de estruturas de saúde criaram um “contexto psicossociológico” que instalou-se em grande parte os insucessos do CEP (Ibidem: 306-310). Perante a insuportável realidade da guerra, instalou-se a desmotivação e a falta de confiança entre as tropas, originando “comportamentos específicos de fuga e até de ruptura, individuais e colectivos, de consequências imediatas”, como as acções de indisciplina, insubordinação e desobediência militar: “Durante o segundo ano de campanha, ocorreram 18 revoltas e seis tentativas de revolta, no interior do CEP, protagonizadas por combatentes de infantaria e de artilharia, armas de maior desgaste na Primeira Guerra Mundial” (Ibidem: 311-313). A situação tornou-se particularmente grave após a batalha do Lys, que se saldou “por um número significativo de baixas: muitos prisioneiros (6585), por comparação com os mortos em combate (398)” (Ibidem: 313-316).

## ALGUMAS CONCLUSÕES

No dia 9 de Novembro, a boa nova chegava rapidamente a Guimarães no cabeçalho da primeira página d' *O Comércio de Guimarães*: “A Paz! Foi assignado o armistício entre a Allemanha e o General Foch. Viva Portugal!”. No dia seguinte, o semanário *Gil Vicente* (10-XI-1918: 1) repetia a notícia: “Victoria! Ao cabo de quasi cinco anos d'uma guerra sem igual, a que o Exercito Portuguez deu o valôr do seu sangue e do seu heroismo, raiou a paz do triumpho! Vivam os Alliados! Viva Portugal!”. Uns dias depois, o *Echos de Guimarães* (15-XI-1918: 1) rejubilava, também na sua primeira página, pelo tão aguardado fim da guerra: “A Paz! Enfim! (...) O negro pezadello dissipou-se perante uma aurora de luz, e a dôce palavra – Paz – revoa até aos confins do mundo, alegrando tanto mais os corações quanto é certo ella traduzir outra grande palavra, tanta vez investida, tanta vez calumniada – Justiça! (...) Muito mais valente e muito mais heroico do que todos os outros, foi o nosso velho Portugal. Eterno cavalleiro andante, remendou a rota armadura e foi-se em cata de aventuras, a desfazer tortos e emendar sem razões e reparar agravos.”

Naturalmente, o fim da guerra foi também motivo de várias manifestações de regozijo em Guimarães, como noticiaram os diversos jornais da época: “Também a população vimaranense vibrou de contentamento por ter sido assignado o armistício que poz, pelo menos por agora, termo á horrível carnificina. E como não havia o povo de Guimarães de manifestar o seu regozijo pela cessação das hostilidades se tantas vezes, quer subindo juntos aos pés da Virgem da Penha, quer enchendo os templos da nossa cidade, ergueu as mãos ao ceo rogando-a Deus a terminação da grande guerra? (...) Na noite de segunda-feira, a Nova Philarmonica Vimaranense, atravessou as ruas da cidade entoando vários hymnos. Numerosa multidão, acompanhando a mesma filarmónica, expandiu o seu entusiasmo erguendo clamorosos vivas” (*O Comércio de Guimarães*, 16-XI-1916: 1); “Varias casa e repartições publicas embandeiraram as suas fachadas, repicaram os sinos, organizando-se na noite de segunda feira passada, uma entusiastica manifestação de regozijo por tão importante acontecimento. Apesar da imensa alegria que reinava em todas as pessoas que n'ella se incorporaram, devemos salientar que nem sempre se feriu bem a nota patriótica de que a mesma deveria ser revestida e como seria para desejar, chegando a haver momentos em que alguém pretendeu leval-a para o campo político” (*Gil Vicente*, 17-XI-1918: 3).

Do ponto de vista político, apesar de todos os festejos, as negociações de paz e o Tratado de Versalhes foram “a culminação de todas as desilusões acumuladas desde 1914. (...) Portugal saiu claramente derrotado de Paris” (Meneses, 2010c: 398-399).

No entanto, o assassinato de Sidónio Pais, ocorrido poucas semanas depois do armistício, retiraria o mediatismo que o debate acerca da avaliação da intervenção portuguesa na guerra exigiria. Os acontecimentos políticos internos que se sucederiam ao atentado ao chefe de estado fizeram esquecer rapidamente a Guerra que durante quatro anos devastou a Europa e preocupou todo o mundo. Aos olhos vimaranenses, a Guerra terminava como começara, um pouco discreta e secundária perante os acontecimentos políticos internos.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Afonso, Aniceto (1989). “A 1ª Guerra Mundial e a situação das Colónias Portuguesas. A intervenção de Portugal no conflito”. In *Portugal no Mundo*, coord. António Reis. Lisboa: Editorial Alfa.

Afonso, Aniceto (2010). “Portugal e a guerra nas colónias”. In *História da Primeira República Portuguesa*, coord. Fernando Rosas e Maria Fernanda Rollo. Lisboa: Tinta da China.

Flores, António de Quadros (1959). *Guimarães na última quadra do romantismo: Memórias, 1888-1926*. Guimarães: Ed. Autor.

Marques, Isabel Pestana (2010). “Portugal nas trincheiras: os combatentes portugueses em França (1917-1919)”. In *História da Primeira República Portuguesa*, coord. Fernando Rosas e Maria Fernanda Rollo. Lisboa: Tinta da China.

Meneses, Filipe Ribeiro de (2010a). “Intervencionistas e anti-intervencionistas”. In *História da Primeira República Portuguesa*, coord. Fernando Rosas e Maria Fernanda Rollo. Lisboa: Tinta da China.

Meneses, Filipe Ribeiro de (2010b). “A União Sagrada”. In *História da Primeira República Portuguesa*, coord. Fernando Rosas e Maria Fernanda Rollo. Lisboa: Tinta da China.

Meneses, Filipe Ribeiro de (2010c). “A paz e o Tratado de Versalhes”. In *História da Primeira República Portuguesa*, coord. Fernando Rosas e Maria Fernanda Rollo. Lisboa: Tinta da China.

Pimenta, Alfredo (2007). *Páginas Minhotas*. Guimarães: Opera Omnia.

Rosas, Fernando (2010). “República e a Grande Guerra”. In *História da Primeira República Portuguesa*, coord. Fernando Rosas e Maria Fernanda Rollo. Lisboa: Tinta da China.

Ramos, Rui (2001). *História de Portugal: A Segunda Fundação (1890-1926)*. Lisboa: Editorial Estampa.

Samara, Maria Alice (2010). “Sidonismo e restauração da República”. In *História da Primeira República Portuguesa*, coord. Fernando Rosas e Maria Fernanda Rollo. Lisboa: Tinta da China.